



Caros leitores,

No momento do “nascimento” de mais um periódico sobre educação superior, cabe rememorarmos alguns eventos relevantes sobre a educação superior como uma área de pesquisa específica dentro da grande área da educação, em si mesma um campo multidimensional e complexo de problemas que precisa se consolidar como “ciências da educação” a fim de subsidiar a prática educacional com fundamentos teóricos cada vez mais sólidos para torná-la mais eficiente e eficaz em sua prática e em seus benefícios. Esta nova revista vem se juntar à família de periódicos sobre educação superior com o propósito de contribuir para a consolidação desse campo de pesquisa especialmente no espaço ibero-americano.

Podemos considerar que a educação superior como área de estudo começou a se esboçar na última década do século XIX com os primeiros cursos sobre ensino superior oferecidos por Stanley Hall na Clark University, em Worcester, Massachusetts. Hall, como reitor dessa universidade por trinta e nove anos, foi um líder no estudo de “colleges” e universidades mediante palestras, publicações, cursos e uma revista científica – a *Pedagogical Seminary*. Essa revista abriu espaço para a discussão nacional sobre mudança acadêmica em todos os níveis do ensino. Nela Hall apresentou a fundamentação para justificar a educação superior como uma área de estudo. Sob sua liderança, já em 1900 a Clark University concedeu graus de doutor com tópicos em educação superior.

Hall defendeu o estudo da educação superior perante várias associações acadêmicas. Na reunião da “Association of American Universities”, de 1916, ele fez um apelo veemente na defesa da introdução do estudo da área de educação superior nas universidades orientadas para a pesquisa. A partir de 1918, seu sonho de estabelecimento de programas de pós-graduação em educação superior começou a se tornar realidade. O desenvolvimento dos seis primeiros programas sobre educação superior nessa nova fase de incipiente interesse acadêmico começou em seis universidades “land-grant” ou de pesquisa na seguinte sequência histórica: Ohio State University, em 1918; Teachers College da Columbia University, em 1920; University of Chicago, em 1921; University of Pittsburgh, em 1928; University of California at Berkeley, em 1929; University of Michigan, em 1929. Atualmente, algumas dessas universidades e várias outras dos Estados Unidos têm, ora uma revista especializada

sobre educação superior, ora um programa ou curso de mestrado e doutorado em educação superior, ora um centro ou instituto de pesquisa em educação superior, ou as três coisas ao mesmo tempo. Nas universidades americanas criar e manter um periódico científico em suas editoras universitárias é um importante instrumento de prestígio acadêmico.

Tem havido consenso no mundo acadêmico de que quatro dos importantes indicadores do desenvolvimento e maturação científica de uma nova área de conhecimento são: o aparecimento de associações ou sociedades científicas, a organização de centros e grupos especializados de pesquisa, a abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu* em universidades e a criação de revistas científicas. Em relação à educação superior como uma nova área de pesquisa, observa-se a consolidação da presença desses indicadores em vários países desenvolvidos e um crescente desenvolvimento de alguns desses indicadores em países emergentes, como o Brasil (SANTOS FILHO, 1994).

Países que, ao longo do século XX, consolidaram a área de pesquisa em educação superior, em geral criaram importantes associações para o estudo da educação superior, organizaram centros nacionais de pesquisa ou centros, institutos, núcleos ou grupos de pesquisa vinculados a universidades ou a órgãos governamentais destinados à pesquisa nessa área e abriram programas de pós-graduação e periódicos científicos especializados nessa área (TEICHLER, 2005).

A partir da década de oitenta do século passado, assistimos, no Brasil, à criação de centros, núcleos ou grupos de pesquisa em educação superior. Alguns deles se consolidaram e continuam ativos até o presente. Cabe destacar a atuação do NUPES, da USP, do GEPES que em 2015 se transformou em GIEPES, da UNICAMP, do NUPEAU que em 2004 se transformou em INPEAU, da Universidade Federal de Santa Catarina e do GEU, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SANTOS FILHO, 1994). Com o apoio desses núcleos ou grupos, em uma dessas universidades foi criada área de concentração em administração universitária em mestrado em educação, como no caso da Faculdade de Educação da UNICAMP e em outra, área de concentração em administração universitária no curso de mestrado em administração, como ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina. Na UNICAMP, formou-se apenas uma turma de mestres nessa nova área e o projeto não vingou por falta de apoio político interno e de um número mínimo de professores especializados na área. Na Universidade Federal de Santa Catarina, a área de concentração em administração universitária iniciada em 1978 no Curso de Pós-graduação em Administração teve continuidade e se transformou, a partir de 2010, no Programa de Pós-

graduação em Administração Universitária (PPGAU), com a oferta de mestrado profissional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015; INPEAU, 2015).

Cabe ainda destacar que, no caso da Universidade Federal de Santa Catarina, o NUPEAU/INPEAU, em parceria com o Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU) e com universidades da América Latina, começou a promover a partir de 2000 um Colóquio Internacional de Gestão Universitária na América do Sul e neste ano promoveu seu décimo quinto evento com o nome de Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Além dessa iniciativa acadêmica, em 2007 o INPEAU criou a revista online Gestão Universitária na América Latina (GUAL), de livre acesso a todos os seus números (GUAL) (INPEAU/GUAL, 2015).

Antes do aparecimento de GUAL, relativamente poucos periódicos brasileiros da área de educação (menos de 10%) criados até a última década do século XX têm o ensino superior como um dos focos de suas publicações. Apenas três desses periódicos, de um total de oito, apresentam em seu título ou subtítulo a referência a universidade ou a educação superior (ORTEGA; FÁVERO; GARCIA, 1998). Desses, dois são publicações de sindicato de mantenedoras ou de docentes, apenas um se caracterizando como estritamente acadêmico ou de pesquisa.

Foi em razão dessa carência que o GEPES, há mais de vinte anos, acalentou o sonho de criar uma revista acadêmica de educação superior, por entender que a produção de pesquisa nessa área no país se consolidava nos núcleos ou grupos de pesquisa vinculados aos programas de pós-graduação de várias universidades brasileiras. Esse sonho finalmente se concretiza de modo até mais ambicioso do que como foi sonhado inicialmente. Agora ele pretende abarcar a produção de pesquisa na área de modo prioritário, embora não exclusivo, na perspectiva ibero-americana, destacando-se a liderança da produção brasileira na área. E vem no formato online, de acesso livre, convicto de que o conhecimento é patrimônio comum da humanidade.

Neste volume 01 número 02, priorizamos artigos que discutissem políticas e processos na/da Educação Superior. Selecionamos 7 artigos e duas traduções de textos de duas Professoras Doutoras de Universidades do México.

Abrindo o debate temos um artigo de *José Bonifácio Alves da Silva*, doutorando em Educação da Universidade Católica Dom Bosco de Mato Grosso do Sul, escrito com seu orientador *José Licínio Backes*. O texto intitulado *A presença da diferença negra e indígena na educação superior e o processo de resignificação da universidade brasileira* traz uma

discussão acerca das tensas relações de poder entre diferentes culturas na universidade. Os autores focaram, primeiramente, os elementos socioculturais constituintes da universidade e, posteriormente, mostramos os impactos da presença de negros e indígenas reivindicando espaços nas universidades. Essa presença, como foi argumentado pelos autores, ressignifica a universidade, pois os saberes/poderes dos grupos negros e indígenas infiltram-se nos saberes hegemônicos, colocando a hegemonia branca em xeque.

Na sequência temos uma produção de *Isabel Cristina de Almeida Mantovani*, egressa do Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Rio Uruguai e das Missões – URI – campus de Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul, em parceria com sua orientadora Silvia Regina Canan. O artigo, com o título *Política de formação para professores do ensino superior e qualidade de ensino: um estudo sobre o programa pedagogia universitária como possibilidade de qualificação docente na perspectiva pedagógico-didática*, discute as políticas de formação pedagógico-didática para professores do ensino superior e qualidade do ensino. O problema que norteou a pesquisa foi se é possível estabelecer relações entre a ausência de formação pedagógico-didática dos docentes e de políticas definidoras dessa formação e a qualidade do ensino, no Ensino Superior. Para responder à questão de pesquisa, os autores investigaram o programa pedagogia universitária, desenvolvido em serviço enquanto um espaço que supre a falta de formação pedagógico-didática, representando um fator positivo no que se refere à possibilidade de suprir a deficiência nesse campo.

O terceiro artigo, *O currículo da educação superior e a ressignificação de identidades/diferenças*, foi escrito por Ruth Pavan, docente pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, campus de Mato Grosso do Sul. O texto objetiva analisar se as narrativas construídas no final do século XIX e início do século XX, sobre as pessoas negras ainda marcam os currículos e as identidades na sociedade brasileira. A noção de currículo inspira-se nas teorias pós-críticas, portanto, a autora o entende como um campo de luta e contestação no território da cultura, produzindo identidades e diferenças. Foram entrevistados para esta pesquisa sujeitos negros que chegaram ao Ensino Superior por meio do Projeto Negraeva. Pela análise efetuada, Pavan destaca que, apesar de o currículo atualmente ainda se pautar nas teorias da mestiçagem, no ideal de branqueamento e no mito da democracia racial produzindo identidades segundo a lógica ocidental branca, a presença dos sujeitos negros nos diferentes cursos de Ensino

Superior contribuiu para questionar estas ideias, bem como, para que outras identidades fossem produzidas nesse tempo/espço, re-significando as identidades de sujeitos negros e não-negros.

Na sequencia, *Marilene Gabriel Della Corte e Rosane Carneiro Sarturi*, docentes pesquisadoras do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, trouxeram como contribuição um texto intitulado *Políticas públicas para a formação de professores e contextos emergentes na educação superior*. Este texto refere-se a políticas de formação de professores e a repercussão em contextos emergentes na educação superior, a partir do desenvolvimento de programas como o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (PRÓ-CONSELHO) e Observatório de Educação (OBEDUC). Objetiva-se, nesse sentido, analisar as políticas públicas de formação de professores (inicial e permanente), desenvolvidas pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, e os contextos emergentes na educação superior. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir do estudo de caso, sendo que a análise de dados está embasada na coleta e construção de dados a partir de marcos regulatórios e relatórios alusivos a Programas de Governo já mencionados implementados pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM). Segundo as autoras, o estudo vem contribuindo para: a compreensão das políticas públicas voltadas para a formação de professores (inicial/permanente) em íntima inter-relação com contextos emergentes na educação superior; o reconhecimento e a compreensão da cultura organizacional e dos processos de gestão dos programas analisados a partir das experiências desenvolvidas pelo CE/UFSM e sua repercussão na qualidade da formação inicial e permanente de professores; a reflexão crítica acerca da compreensão e o envolvimento dos professores/gestores sobre contextos emergentes na educação superior.

No artigo seguinte, *Altair Alberto Fávero*, professor do PPGEd da Universidade de Passo Fundo e sua orientanda de doutorado *Carine Tornieto*, em parceria com *Maria de Lourdes Pinto de Almeida* da UNOESC de Santa Catarina, debatem o atual cenário de expansão do ensino superior no Brasil à luz dos princípios e diretrizes educacionais postos pela Declaração de Bolonha. A produção, intitulada *A expansão do ensino superior no Brasil sob influência da declaração de Bolonha: primeiras aproximações*, parte da hipótese que as políticas atuais de expansão do ensino superior no país revelam influências mundiais em relação ao papel do Estado, das Universidades e dos Empresários, sendo um destes

documentos a Declaração de Bolonha de 19 de junho de 1999. Desse modo, compreender o conteúdo deste documento nos daria alguns indicativos para compreender os pressupostos que orientam os contornos das políticas educacionais brasileiras dos últimos treze anos, tendo como referência os dados publicados pelo Ministério da Educação no período de 2000 a 2011. Os autores defendem a tese de que a expansão do ensino superior brasileiro protagonizado pela iniciativa privada reflete as proposições, mesmo que parciais, da Declaração de Bolonha, já que esta é uma tentativa de reforma do cenário educacional europeu com vistas a aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior.

Na sequência, o professor *Carlos Mazzola*, doutor da Universidade Nacional de San Luiz, da Argentina, traz um texto intitulado *La reforma del 18 en Argentina analizada desde el modelo de la unidad*, que debate a reforma universitária originada na Província de Córdoba em 1918 como sendo a matriz política e organizacional da universidade da Argentina. Segundo o autor, esse modelo se expande por vários países de América Latina e ainda persiste como realidade e referência para os atores universitários argentinos. Mazzola afirma que a revisão que se propõe discutir não é histórica, mas sim sócio-metodológica, elaborada a partir de um marco conceitual que parte de uma unidade enquanto um “modelo conceitual” próprio. Este modelo permite ressignificar os temas e conflitos que se manifestaram nos reformistas de 1918.

Debatendo a *Crise da universidade e responsabilidade social*, José Camilo dos Santos Filho, PhD em Educação pela University of Southern California (USC) com Pós-doutorado pela University of California at Los Angeles (UCLA) e Professor titular da UNICAMP, encerra a seção de artigos. O objetivo deste texto foi indagar sobre a repercussão de crises recentes da universidade na sua missão e responsabilidade social e, a partir dessa reflexão, propor caminhos para a consolidação dessa responsabilidade. As três crises principais enfrentadas pela universidade a partir de meados do século XX identificadas por Boaventura Souza Santos como crises de hegemonia, de legitimidade e institucional, constituíram o quadro de discussão do problema da responsabilidade social da universidade. Embora verdadeira para as universidades dos países avançados, a perda de hegemonia no campo da pesquisa ainda não ocorre na universidade brasileira. Para superar a crise de legitimidade, justifica-se a criação de instituições acadêmicas e de formação profissional de ponta para o cultivo das elites intelectuais e profissionais do país, bem como

de instituições não universitárias de educação superior de massa para a formação cultural e tecnológica dos jovens. Segundo o autor, para possibilitar o acesso a essas instituições por segmentos socioeconômicos discriminados na sociedade, justifica-se a adoção de política de ação afirmativa na forma de cotas. A superação da crise institucional será alcançada quando o Estado respeitar a especificidade das universidades e quando os critérios de avaliação de suas funções forem adequados à sua natureza específica e a titularidade da avaliação recair nas próprias instituições assegurando a avaliação externa por pares efetivos e não por pares cooptados pelo Estado.

Na sessão *traduções*, trouxemos dois textos de professoras doutoras de universidades do México. As produções originais estão em espanhol em um livro intitulado Estado, Políticas Públicas e Educação, organizado por Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Marilda Pasqual Schneider e Jaime Moreles Vázquez, que será lançado em julho de 2016.

O primeiro texto de *Sara Aliria Jiménez García*, docente pesquisadora da Facultad de Pedagogia, na Universidade de Colima no México, intitulado *O SNI, um sistema que orienta e fortalece a pesquisa no México*. A produção discute as origens das lógicas que fundamentam a ciência no país, recorrendo a uma análise dos mecanismos que regulam os investigadores a observar quais orientações intelectuais favorecem e limitam, pois revelam quais são os saberes, os atores e os produtos que exigem e promovem, assim como os reconhecimentos, apoios e condições de trabalho na vida dos pesquisadores mexicanos e pelas Instituições de Educação Superior. Segundo a autora, o Sistema Nacional de Investigadores – mais conhecido como SNI –, representa um *sistema oficial, político e de poder* para orientar os saberes que se produzem através da pesquisa no México e, muitas vezes, constitui um *mecanismo econômico* para amenisar a inversão do Estado na investigação que se desenvolve no contexto, pois somente incentiva os ingressos e reconhecimentos de um de cada 10 acadêmicos que estão nas universidades. Para Garcia, se observarmos as regras nacionais do SNI como mecanismo legal para dirigir e orientar as decisões e ações dos investigadores, vemos que estas funcionam *anexadas, separadas e, em algumas condições, confrontadas com as normas contratuais* que tem cada ator com sua universidade. Assim, segundo Sara, o que resulta estranho é que com 30 anos de vida, este Sistema não constitui uma estratégia de orientação intelectual que assegure ingressos permanentes aos investigadores, melhore suas condições de trabalho a longo prazo e propicie uma ciência com financiamento e desenvolvimento sólidos e constantes.

O segundo texto da seção *tradução* é o de *Leticia Ponz Bonals*, docente da Universidad Autonoma de Chiapas, UNACH, que tem por título *Estado, Políticas de Avaliação e desigualdades educativas no México*. O propósito deste artigo é questionar a forma como se apresentam as ações e resultados das avaliações das políticas públicas do Estado mexicano orientadas à diminuição das desigualdades educacionais em nível regional. Sustenta-se no fato de que, nos documentos que formulam estas políticas, assim como nos que as avaliam, reproduzem-se lugares comuns em torno de um suposto desenvolvimento que sempre está por vir, e que pouco impacta na mudança regional e nos projetos de vida dos cidadãos mexicanos que vivem em condições de pobreza e marginalização social. Segundo a autora, a partir da análise de alguns conteúdos dos *Planes Nacionales de Desarrollo 2007-2012* e *2013-2018* que ressaltam a relação desenvolvimento regional-educação, a qual é ponto nodal em uma retórica que insiste em apresentar uma relação simplista e causal, assim como alguns resultados apresentados pelo *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL) nos relatórios das avaliações realizadas em 2008, 2012 e 2014, se evidencia a existência de um “gasto” discurso que não convence e que contribui muito pouco para a compreensão dos múltiplos efeitos das relações entre desenvolvimento regional e educação. Propõe-se que é hora de pensar as práticas que se geram em torno da formulação e avaliação das políticas públicas e na possibilidade de construir outros caminhos.

Finalizamos essa edição com votos de uma profícua leitura aos pesquisadores interessados em investigar as políticas e os processos na e da Educação Superior, seja no Brasil, na America Latina e ou no território iberoamericano.

Campinas, dezembro de 2015.

José Camilo dos Santos Filho
Maria de Lourdes Pinto de Almeida

Referências

INPEAU. Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária. Disponível em: <<http://portal.inpeau.ufsc.br/inpeau/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

INPEAU/GUAL, 2015. INPEAU – Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/index>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

ORTEGA, C.; FAVERO, O.; GARCIA, W. Análise de periódicos brasileiros de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 161-195, set/dez. 1998.

SANTOS FILHO, J.C. O ensino superior como área de estudos e pesquisas: A experiência internacional. **Pro-Posições**, Campinas,, v.5, n. 2, p. 5-15, jul.1994.

TEICHLER, U. Research on higher education in Europe. **European Journal of Education**. Vol, 40, n. 4, p. 447-469, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015. Mestrado Profissional em Administração Universitária. Disponível em: <<http://ppgau.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.